



A discriminação e o preconceito linguísticos no português brasileiro e outras línguas: sugestões e recomendações*

Paul O'Neill¹

paul.oneill@sheffield.ac.uk

Gladis Massini-Cagliari²

gladis.massini-cagliari@unesp.br

*Este texto é uma tradução autorizada em português de um artigo publicado em inglês no [Journal of Language and Discrimination](#).

RESUMO:

Neste artigo, fazemos uma distinção entre o preconceito e a discriminação em relação a (a) línguas diferentes e seus falantes (b) diferentes variedades não padronizadas da mesma língua e seus falantes, e argumentamos que, embora a discriminação e o preconceito em relação a (a) tenham sido denunciados por instituições internacionais e existam leis nacionais e internacionais para garantir os direitos de falantes de línguas diferentes, a mesma proteção não foi concedida a falantes de variedades não padronizadas de uma língua. Examinamos um caso específico desse tipo de preconceito linguístico no Brasil. Discutimos a eficácia dos esforços dos linguistas para combater o preconceito linguístico com base no princípio da correção de erros (Labov 1982) e, com base nos trabalhos de Cameron (2012c) e Bourdieu (1986), sugerimos que o preconceito linguístico não pode ser desvinculado de outros tipos de preconceito e que os linguistas precisam ter uma compreensão muito mais profunda dos valores que a sociedade associa às formas linguísticas. Concluímos com uma série de sugestões e recomendações para combater mais eficazmente o preconceito linguístico.

PALAVRA-CHAVE:

Preconceito;
Discriminação;
Português Brasileiro;
Civilização;
Barbárie;
Correção de erros

¹ Professor da Universidade de Sheffield, Reino Unido. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9152-527X>

² Professora Titular da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr/UNESP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4050-7645>

1 Introdução: o que é discriminação e preconceito linguístico?

Em termos simples, o preconceito linguístico refere-se às opiniões preconcebidas que as pessoas podem ter sobre (a) uma categoria inteira de indivíduos com base no seu uso da língua (ou uma variedade da língua) e (b) os domínios considerados apropriados para o uso da língua (ou certas variedades de uma língua). Essas opiniões são generalizações irracionais, uma vez que não são baseadas na experiência real dos indivíduos ou no conhecimento da língua/variedade linguística; são sentimentos e crenças sobre os indivíduos com base na maneira como falam e sobre as línguas/variedades a partir das pessoas que as falam e na adequação de seus usos sociais com base nos domínios aos quais estiveram historicamente confinados.

A discriminação linguística difere do preconceito linguístico na medida em que incorpora as crenças e os sentimentos envolvidos no preconceito linguístico e os transforma em ações (Bagno 2002; Leite³ 2008). A discriminação linguística se manifesta no tratamento negativo, distinto e injusto em relação aos indivíduos, devido à maneira como as pessoas falam, ou às suas línguas/variedades linguísticas, devido a suposições arraigadas sobre os domínios de uso mais apropriados. No primeiro caso, a discriminação linguística implica que as pessoas não têm oportunidades iguais ou acesso igual ao mercado de trabalho e a outras esferas sociais, ou são tratadas como cidadãos de segunda classe ou de alguma forma intelectualmente inferiores e menos valiosos socialmente. No segundo caso, a discriminação linguística envolve uma língua considerada inadequada como meio de ensino em um determinado país e, portanto, não oferecer aos seus falantes o ensino dessa língua. Igualmente, uma variedade de uma língua pode ser considerada inadequada para a divulgação de notícias nacionais e pode inclusive haver uma política explícita sobre isso.

É provável que a discriminação e o preconceito linguísticos existam desde que a linguagem humana existe, uma vez que grande parte da cognição humana - e indiscutivelmente da linguagem - é baseada em nossas habilidades de categorização e analogia (Hofstadter e Sander 2013) e na habilidade de criar categorias complexas não baseadas na experiência direta, mas nas crenças ou nas descrições e opiniões dos outros: unicórnios, duendes, Deus, esquimós, os Massai. Assim, o conhecimento nem sempre deriva diretamente de conhecimentos empíricos e da experiência sensorial, mas dessas habilidades inatas.

³ Leite (2008) não emprega o termo 'discriminação linguística', preferindo 'intolerância linguística'.

Na verdade, os efeitos negativos da discriminação linguística sobre os indivíduos estão documentados desde o Livro dos Juízes (12: 5-6) no Antigo Testamento, que conta a história de um grupo de pessoas, os Gileaditas, que tomaram os vaus do Jordão contra outro grupo, os Efraimitas, e que usavam a pronúncia da palavra Sibolete para distinguir entre os dois povos. Os Gileaditas pronunciavam esta palavra, que em hebraico significa "espiga de grão" ou "torrente de água", com uma sibilante palatal [ʃ], enquanto os Efraimitas não tinham esse som e, portanto, a pronunciavam com um sibilante alveolar [s] (Leone 2009). Os possíveis cruzadores dos vaus foram obrigados a dizer essa palavra e qualquer um que não conseguisse pronunciá-la com palatal era preso e morto; neste sentido, consta que 42.000 Efraimitas foram mortos.

Assim, a palavra *shibboleth* é usada em inglês como um termo para designar qualquer traço de linguagem (ou, mais amplamente, um costume ou crença) que distingue uma classe ou grupo de pessoas em particular. Os *shiboleths* revelam que a linguagem, tanto quanto raça, religião, etnia, sexualidade ou mesmo estilo de corte de cabelo, é uma variável humana que pode se tornar um marcador de uma categoria de pessoas. As variáveis podem ser associadas a algum tipo de significado social, e esse significado pode ser estendido analogicamente a todas as pessoas na categoria, criando um estereótipo. A forma como uma pessoa fala uma língua ou a variedade de sua própria língua, seja por escolha ou necessidade, pode estar imbuída de significado social (ECKERT, 2018) e sujeita a estereótipos. Assim, as pessoas que falam o mesmo idioma podem sofrer atos de violência e exclusão social, abertos ou encobertos.

Neste artigo, fazemos uma distinção entre o preconceito e a discriminação em relação a (a) diferentes línguas e seus falantes e (b) diferentes variedades não padronizadas da mesma língua e seus falantes. Argumentamos que, embora a discriminação e o preconceito em relação a (a) tenham sido denunciados por instituições internacionais e haja leis nacionais e internacionais em vigor para garantir os direitos de falantes de línguas diferentes, a mesma proteção não foi concedida a falantes de variedades linguísticas não padronizadas de uma língua. Examinamos o preconceito linguístico no Brasil em relação às variedades não padrão do português brasileiro e argumentamos que tais preconceitos estão arraigados em certos setores da sociedade brasileira e representam um problema de desenvolvimento para o país. Concluímos com uma discussão sobre a eficácia dos esforços dos linguistas para combater o preconceito linguístico com base no princípio da correção de erros (Labov 1982) e, com base nos trabalhos de Cameron (2012c) e Bourdieu (1986), sugerimos que o preconceito linguístico não pode ser desvinculado de outros tipos de preconceito, e que os linguistas precisam ter uma compreensão muito mais profunda com relação aos valores sociais e

(muitas vezes) irracionais ligados às formas linguísticas. Apresentamos uma série de sugestões sobre as melhores maneiras de os linguistas combaterem a discriminação e o preconceito linguísticos contra as variedades não padrão das línguas. Sugerimos, entre outras coisas, que a colaboração com pesquisadores das ciências sociais é essencial para fornecer evidências dos efeitos sociais e econômicos negativos do preconceito linguístico. Também achamos necessário os linguistas terem mais envolvimento com o público e os falantes de variedades não padrão e legisladores, para assim entender melhor o preconceito e aumentar a conscientização sobre ele.

2 A discriminação linguística contra outras línguas em comparação com a discriminação linguística contra variedades não padrão de uma única língua

Os direitos dos povos que falam línguas diferentes e a discriminação a que tanto os indivíduos quanto as línguas podem estar sujeitos é um importante tópico de preocupação internacional. Existe uma ONG, a Linguapax (<http://www.Linguapax.org/english>), que está comprometida em proteger e promover a revitalização da diversidade linguística mundial. Inclusive, foi realizada uma série de conferências acadêmicas internacionais dedicadas a este tema⁴, que culminou na produção da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) (para uma discussão, ver Oliveira 2003). As Nações Unidas, embora não ratifiquem o referido documento, são bastante explícitas quanto à sua posição sobre a discriminação linguística e os direitos dos povos que falam línguas consideradas minoritárias em determinados estados. Já em 1992, as Nações Unidas adotam formalmente a Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas⁵ (Nações Unidas, 1992), na qual foi acordado que os direitos das minorias linguísticas deveriam ser promovidos e protegidos, já que eles são parte integrante dos estados em que residem, contribuindo para a estabilidade política e social de tais estados. Mais especificamente, a declaração exorta explicitamente os Estados-Membros a proteger a identidade linguística das minorias e a criar condições favoráveis para promover esta identidade, desenvolver a língua, para que os indivíduos possam aprender e ser ensinados na sua própria língua. A declaração também torna explícito o direito das minorias linguísticas de

⁴ Conferência Mundial sobre Direitos Linguísticos, Barcelona 1996; Congresso Mundial de Políticas Linguísticas, Barcelona 2002; Diálogo sobre Diversidade Linguística, Sustentabilidade e Paz, Barcelona 2004, para citar apenas alguns.

⁵ <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Minorities.aspx>

'usar sua própria língua, em público e privado, livremente e sem interferência e sem **qualquer forma de discriminação**' (Nações Unidas, 1992), e que elas não devem ser discriminadas por falarem sua língua. O texto diz especificamente que: "Nenhuma desvantagem resultará para qualquer pessoa pertencente a uma minoria". Além da adoção desta declaração, em 2013 a ONU publicou um manual (atualizado em 2017), intitulado *Direitos Linguísticos de Minorias Linguísticas: Um Guia Prático para Implementação*, com o objetivo de esclarecer o que são os direitos das minorias linguísticas e de que forma os Estados deveriam respeitar as línguas das minorias linguísticas, visto que estas se relacionam com a preservação da diversidade linguística mundial.

Os direitos das pessoas que falam formas não padrão de uma língua e que podem constituir uma minoria em um determinado estado, pelo que sabemos, estiveram ausentes de todas as discussões internacionais sobre direitos linguísticos, apesar de essas variedades contribuírem substancialmente para a diversidade linguística mundial e apesar da discriminação e do preconceito linguísticos que existem em relação a algumas variedades não padrão de línguas e aos seus falantes. A ênfase internacional está sempre voltada para a proteção das línguas e a promoção do multilinguismo.

Apesar de concordarmos total e sinceramente com as declarações e propostas mencionadas, chamamos atenção para o fato de que as variedades não padrão de uma determinada língua podem ser extremamente diferentes das formas padronizadas e contribuir significativamente para a diversidade linguística global. Um mundo em que todos falam inglês, espanhol, português ou mandarim exatamente da mesma maneira é inconcebível, porque a variação e a diversidade dentro de uma única língua são inerentes à linguagem humana. Na verdade, a distinção entre línguas, dialetos e variedades de uma língua é em grande parte uma distinção social, histórica e política. Assim, quando se afirma que a língua pode ser um marcador intrínseco e importante da identidade individual e grupal, deve-se lembrar que isso pode se referir tanto a diferentes línguas, como o português e o chinês, quanto a diferentes variedades de uma mesma língua.

Da mesma forma, a discriminação e o preconceito linguísticos podem se aplicar a ambos. O fato de as pessoas fazerem julgamentos intelectuais, sociais e morais com base na variedade linguística de um falante foi comprovado por uma série de experimentos e métodos diferentes (CAMPBELL-KIBLER, 2007; EDWARDS, 1984; KANG E RUBIN, 2009; LAMBERT ET AL. 1960; WILLIAMS, 1976). Na verdade, o preconceito linguístico que leva à discriminação com base no uso não padrão da língua foi documentado dentro do sistema educacional (GRAINGER, 2011; GRAINGER E JONES, 2013; SELIGMAN, TUCKER E LAMBERT, 1972; SIEGEL, 2010), do sistema de justiça

(RICKFORD, KING, 2016), do mercado imobiliário (BAUGH, 2003; PURNELL, IDSARDI, BAUGH, 1999) e em cursos de treinamento para o mercado de trabalho (BARATTA, 2018; SEGGIE, SMITH, HODGINS, 1986). Em suma, a discriminação e o preconceito linguísticos dentro de uma determinada língua são reais, mas não receberam uma fração da atenção que a discriminação em relação a diferentes línguas tem recebido. Em nossa opinião, isso se deve ao fato de que os preconceitos estão tão arraigados na sociedade que se tornam a forma natural de ver o mundo. A seguir, apresentamos um caso proveniente do Brasil.

3 Preconceito linguístico no Brasil

A situação sociolinguística no Brasil moderno tem se caracterizado como polarizada (LUCCHESI, 2017; MATTOS E SILVA, 2004) entre a língua das classes altas, que falam o que se denomina português brasileiro culto, que é também a língua usada na educação, e a língua das massas, que falam o que tem sido denominado português brasileiro popular, um termo genérico que inclui inúmeras variedades do brasileiro falado e que geralmente é caracterizado por uma tendência à falta de concordância nominal e verbal, além de outros fatores.

No português brasileiro culto, assim como no português padrão, artigos, substantivos e adjetivos se flexionam quanto ao número e gênero e apresentam concordância morfológica. No português brasileiro popular, isso nem sempre acontece e podem se ouvir, por exemplo, construções como 'os livro ilustrado mais interessante' em vez de 'os livros ilustrados mais interessantes'. Quanto à morfologia verbal, no português brasileiro culto e no português padrão, os verbos se flexionam em pessoa e número, e o pronome não é obrigatório. No brasileiro popular, essas características de pessoa e número podem ser significativamente reduzidas em vários graus, dependendo da variedade, e há uma tendência de os verbos terem pronomes pessoais do caso reto (com função de sujeito) explícitos. Essa característica é exemplificada no Quadro 1, para o presente indicativo do verbo 'amar' (adaptado de Melo 1946: 99), e também nas construções de (1), que correspondem às de (2) no português padrão.

- (1) nós pega o peixe; os menino pega o peixe
 (2) pegamos o peixe; os meninos pegam o peixe

Quadro 1: formas flexivas do verbo *amar*.

	Português brasileiro culto	Português brasileiro popular
--	----------------------------	------------------------------

1SG. <i>eu</i>	amo	eu amo
2SG. <i>tu</i>	amas	tu ama
2SG. <i>você</i>	ama	você ama
3SG. <i>ele/ela</i>	ama	ele/ela ama
1PL. <i>nós</i>	amamos	nos ama
2PL. <i>vocês</i>	amam	vocês ama
3PL. <i>eles/elas</i>	amam	eles/elas ama

A origem dos dois tipos de português brasileiro é um tema debatido, mas nos primeiros manuais da história do português falado no Brasil (MELO, 1946; SILVA NETO, 1950) e em alguns estudos sociolinguísticos mais recentes (LUCCHESI, 2017; MATTOS E SILVA, 2004), é considerado que a variedade popular surgiu devido à forma como a língua foi transmitida às gerações subsequentes. O Português Brasileiro culto foi supostamente repassado aos falantes de forma regular, enquanto o Português Brasileiro popular teria sido o resultado do que se denomina um processo de transmissão linguística irregular (LUCCHESI, 2017; MATTOS E SILVA, 2004), devido ao aprendizado imperfeito da língua por povos indígenas e escravos africanos que então espalharam esta língua “mal aprendida” por toda a extensão do país.

Paixão de Sousa (2010) ilustra como, nos dois manuais históricos mencionados (MELO, 1946; SILVA NETO, 1950), as línguas são concebidas como seguindo um curso natural em que nascem, se desenvolvem e atingem o seu apogeu, e depois caem em declínio e decadência. Cada um desses estágios pode ser identificado com a complexidade de seus sistemas morfológicos. O Português Brasileiro culto está claramente no apogeu, enquanto o português brasileiro popular está no estágio de decadência, como mostra seu sistema morfológico, que é descrito como sendo 'reduzido, simplificado, erodido, empobrecido e deformado' (PAIXÃO DE SOUSA, 2010, p. 89) devido ao contato com as línguas dos escravos africanos e dos povos indígenas cujas línguas se encontravam na fase inicial, a de nascer, e portanto não seriam tão complexas como o português padrão. O português brasileiro popular é, portanto, concebido como o resultado de ser 'desfigurado', 'torcido' e 'deturpado' por esses povos e seu reduzido sistema morfológico é visto como uma cicatriz na língua, pela forma grosseira com que foi aprendida. As citações a seguir exemplificam esses pontos:

a nossa língua popular, falando-se de um modo geral, é substancialmente o português arcaico, deformado, ou se quiserem, transformado em certo aspecto da morfologia e em alguns da

fonética pela atuação dos índios e dos negros” (MELO, 1946, p. 90-91);

os indivíduos que tinham o tupi como língua materna abandonaram-no e adotaram o novo idioma. Naturalmente não puderam dominar todo o mecanismo e todas as sutilezas deste; antes, aprenderam-no mal, desfigurando-o com uma série de defeitos provenientes dos antigos hábitos linguísticos.....o negro africano, também ele entrou a falar mal o português, desgurando-o com a marca dos seus anteriores hábitos linguísticos..... Pois bem: o português, transplantado, sofreu um rude abalo.... foi altamente deturpado na boca de índios e mamelucos, e na boca dos pretos, ficou ilhado em muitos pontos do território nacional, que se imunizaram do bafejo civilizador..... Como se vê, há muitas semelhanças entre o português dos índios e o português dos negros. isto é, aliás, bem natural, pois tanto o índio quanto o negro, em atrasado estágio de civilização, aprenderam o português como língua de emergência, obrigados pela necessidade (SILVA NETO, 1950, p. 36)

outra cicatriz do primitivo aprendizado tosco da língua portuguesa (SILVA NETO, 1950, p. 135)

Como linguistas históricos, devemos questionar a validade dessa explicação quanto às origens do português brasileiro popular e observar que os estudos mais recentes, que ainda defendem as origens do português brasileiro popular devido à 'transmissão linguística irregular' (LUCCHESI, 2017; MATTOS E SILVA, 2004), de forma alguma explicam as origens do português popular brasileiro em termos tão preconceituosos e racistas. O presente artigo, no entanto, não é o lugar para um estudo aprofundado das origens destas diferentes variedades de português. Basta dizer, entretanto, que a redução das flexões no brasileiro popular está de acordo com a tendência geral de todas as línguas indo-europeias de simplificar historicamente sua morfologia flexional, especialmente em casos de expansão colonial e mistura de dialetos. O latim tinha mais de cem formas flexionais, que foram significativamente reduzidas quando Roma se tornou um grande Império. O português é a língua românica com mais flexões, cerca de cinquenta, e o francês, considerada historicamente a língua românica de maior prestígio, a que tem menos, com cerca de vinte e sete. De fato, a língua indo-europeia mais simplificada quanto às suas inflexões é, sem dúvida, o inglês.

O gramático brasileiro, Melo, estava ciente desses desenvolvimentos em francês e inglês, mas se recusou a aceitar que tal processo pudesse ter ocorrido no português brasileiro, porque tal simplificação morfológica não estava presente, ele pensou, em sua

própria variedade de brasileiro culto, sendo característica do brasileiro popular e personificada pelo matuto brasileiro – aquele que reside no campo, simples, rude e ignorante.

Não há negar a tendência indo-européia, mas estou que a simplificação observada no Brasil não se deve a ela filiar. Porque é bem de ver que tal simplificação representa um desvio e não uma evolução, por assim dizer, orgânica.....E tanto deve ser considerado um desvio, que, ao lado da língua popular simplificada, existe uma língua padrão amplamente exionada, língua padrão esta que continua a representar o ideal linguístico da comunidade. Assim, é muito diversa a atitude e a situação de um matuto brasileiro da de um francês ou da de um inglês (MELO, 1946, p. 102).

As opiniões preconceituosas do autor sobre os matutos brasileiros levam-no a concluir que a redução das flexões e simplificações nestas falas é um desvio de alguma forma antinatural em oposição à simplificação e à redução naturais que ocorreram em francês e inglês; os cavalheiros franceses e ingleses não devem ser comparados aos camponeses brasileiros. O resultado é que o autor deslegitima as formas linguísticas produzidas por uma proporção significativa da população. Isso é preconceito linguístico e está claramente relacionado aos debates da época sobre os conceitos de civilização e barbárie, influenciados originalmente por teorias do darwinismo e ideias de progresso (vejam O'Neill, 2019, para uma discussão estendida sobre estes conceitos relacionados ao português do Brasil).

Após a independência das colônias das coroas espanhola e portuguesa, "a dicotomia civilização/barbárie tornou-se o eixo definitivo através do qual o passado e o futuro do progresso na América Latina continuariam a ser discutidos por todo o século" (Obregón 2006). A Europa era considerada um estado de civilização completo e era a isso a que os novos estados aspiravam. Como estavam ainda em um estado semi-civilizado, tiveram que lidar com as influências autóctones "bárbaras" e com grandes faixas do seu território que eram escassamente povoados e habitados por povos indisciplinados. Qualquer conexão com a Europa, especialmente a linguística, era vista como um aspecto da civilização. Assim, o português brasileiro padrão, que se assemelhava muito ao padrão do português europeu, era um marcador de civilização e ordem, e a fala das massas era considerada uma bárbara aberração e um desvio desse ideal linguístico. Na América Latina, portanto, o objetivo era civilizar o território e seu povo e isso, naturalmente, incluía civilizar, refinar e aprimorar os hábitos linguísticos bárbaros que o povo infelizmente havia adotado. A forma mais eficaz de conseguir isso

era através da imposição do ‘português brasileiro culto’ em todas as formas de ensino e educação.

A imposição de um padrão não é necessariamente negativa, como é amplamente aceito na sociolinguística. Na verdade, existem inúmeros benefícios em ter uma única forma padronizada para a linguagem escrita, uma vez que facilita uma comunicação mais eficiente e contribui para a difusão do conhecimento. Não estamos defendendo o abandono do padrão, mas sim o abandono das visões injustas, prejudiciais e incorretas sobre as variedades não padrão, incluindo as origens dessas formas (ver também CAGLIARI, 1989; MASSINI-CAGLIARI, 2001; SCHERRE, 2005). Infelizmente, essas visões ainda persistem na sociedade brasileira moderna e representam, a nosso ver, um sério entrave ao desenvolvimento social e econômico.

A evidência da perpetuação desses pontos de vista é atestada pela resposta civil à introdução de medidas educacionais para promover uma abordagem não discriminativa às variedades não-padrão do português brasileiro. Essas medidas tomaram a forma de um livro didático, *Por uma Vida Melhor* (Ação educativa 2011), que destaca as diferenças entre a língua falada e a escrita e também aborda a questão do preconceito linguístico. O livro enfatiza que as pronúncias não-padrão não são variantes erradas ou degradadas da língua, mas simplesmente diferentes, e diferentes variantes são apropriadas em diferentes contextos. Essas tentativas, no entanto, falharam devido aos preconceitos arraigados em alguns setores da sociedade brasileira contra variedades não-padrão do português brasileiro.

O livro foi publicado como parte da coleção Viva e Aprenda de livros didáticos em 2011, voltados não para crianças do ensino fundamental, mas para adultos no contexto de um programa oficial chamado de *Educação de Jovens e Adultos*. Os alunos deste programa, por diversos motivos, não conseguiram aprender a ler e escrever na infância. O livro foi desenvolvido por uma ONG em colaboração com uma editora. O conteúdo do livro está de acordo com as diretrizes nacionais⁶ relativas a materiais didáticos que são elaborados e aprovados pelo Ministério da Educação e segue todas as normas estabelecidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino e aprendizagem da língua portuguesa⁷. No âmbito deste programa oficial, o Ministério da Educação promove a avaliação de livros de especialistas em educação apresentados pelos editores. O livro em questão foi oficialmente aprovado pelo Ministério da Educação e, portanto, foi distribuído gratuitamente pelo governo a todos os alunos do programa.

⁶ Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

⁷ Secretaria de Educação Fundamental, Brasília (1997). Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa, 144 pp. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>

A parte polêmica do livro em questão vem do segundo volume da série e, especificamente, do capítulo intitulado ‘Escrever é diferente de falar’. A intenção dos autores deste capítulo é fazer com que os alunos adultos entendam que a linguagem usada para escrever é bem diferente daquela que eles usam diariamente quando falam em suas situações sociais e comunicativas rotineiras. O capítulo tem como objetivo apresentar os conceitos de uma língua padrão e norma culta e abordar a percepção das variantes vernáculas faladas do português brasileiro. Os autores não defendem o uso de tais variantes como parte da norma, nem que essas variantes sejam aprendidas por crianças em idade escolar. O capítulo menciona três construções populares brasileiras, que já foram discutidas neste artigo. Para maior clareza, eles são repetidos abaixo no Quadro 2, junto com as formas padrão. Como mencionado anteriormente, essas construções, comparadas com as do Português Brasileiro culto, podem ser descritas como desprovidas de concordância nominal, adjetival e verbal.

Quadro 2 – Exemplo das construções utilizadas no livro didático de 2011

Português brasileiro culto	Português brasileiro popular
Os livros ilustrados mais interessantes	Os livro ilustrado mais interessante
Nós pegamos o peixe	Nós pega o peixe
Os meninos pegam o peixe	Os menino pega o peixe

A autora do capítulo classifica essas construções como naturais na língua falada (RAMOS, 2011, p. 14-16), mas alerta que as pessoas que falam dessa forma podem ficar sujeitas a preconceitos linguísticos. Especificamente, o livro afirma o seguinte:

(3)

you can be asking: “Can I talk ‘the book?’.”
 Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião. (Ramos 2011:14-16)

O livro de texto foi fonte de grande polêmica e atraiu substancial atenção da mídia. O jornal nacional, a partir do site G1, noticiou a existência do livro, com a manchete que “MEC defende que aluno não precisa seguir algumas regras da gramática para falar de forma correta’ (BATISTA DE PADUA, 2014, p. 61). O livro ganhou as

manchetes de todos os principais jornais nacionais e o público reagiu, postando comentários na versão online dos jornais ou escrevendo para os jornais. Muitas pessoas, incluindo algumas figuras influentes da elite política brasileira, consideraram que o Ministério da Educação estava endossando o uso do ‘mau português’, e os autores do livro foram descritos como: *os adversários do bom português, um círculo de falsos intelectuais, talibãs acadêmicos*, enquanto que o livro foi considerado *'o assassinato da língua portuguesa; a consagração da ignorância, lixo acadêmico travestido de vanguarda cultural* (BARONAS, COX, 2003).

Baronas e Cox (2003) fornecem uma excelente análise desses comentários e observam que a ideologia subjacente a muitos deles é que há apenas uma variedade legítima e civilizada do português, o da norma-padrão, e todas as outras variedades são aberrações bárbaras. Na verdade, muitos dos adjetivos usados para descrever o livro estão no campo semântico relacionado à ignorância e à falta de raciocínio ('barbárie', 'aberração', 'estupidez', 'burrice', 'tolice', 'loucura') e muitas reclamações focam sobre o livro ser contra o progresso intelectual, social e moral dos alunos ('desserviço aos alunos', 'licenciosidade', 'inversão de valores', 'demagogia') (BARONAS, COX 2003: 83). Esses autores também observam como o padrão e suas regras gramaticais são vistos como análogos às leis e um tipo de Constituição da língua e, portanto, não falar ou escrever de acordo com as regras gramaticais do padrão equivale a quebrar a lei - colocar-se fora da sociedade civilizada. Um comentarista chega a dizer o seguinte, imitando a redação do livro detalhado no exemplo (3).

(4)

Os autores do livro criminoso poderiam usar outro exemplo: “Posso matar um desafeto? Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito jurídico” Tal como matar alguém viola uma norma, matar o idioma viola outra. Condenar uma e outra violação está longe de ser preconceito. É um critério civilizatório. (Leiser Baronas and Pagliarini Cox 2003:86)

Na verdade, o livro foi considerado por alguns como propaganda do Partido Trabalhador, que foi acusado de *'barbarizando o país com uma língua primitiva'* e devolvê-lo a um *'Sistema tribal (onde) cada um fala como quer'* (BARONAS, COX, 2003, p. 88–9). O então presidente do partido, Luís Inácio Lula da Silva, foi criticado porque seu discurso também continha as feições populares descritas no livro (ver também Leite,

2008), e algumas pessoas viram no livro uma vontade de endossar a linguagem do os sindicatos, ou mais amplamente, a linguagem do povão (LEITE, 2008, p. 89).

Este termo implica o reconhecimento de que o tipo de língua descrito no livro é a língua real de muitos falantes do português brasileiro e conflita com a visão de Marcos Bagno (2002: 15) de que, no Brasil, os falantes não têm conhecimento da variação presente no português brasileiro. Este autor é de opinião que um dos mais perigosos e graves de todos os mitos que compõem o complexo mosaico do preconceito linguístico no Brasil é a ideia de que o português brasileiro se caracteriza por uma unidade surpreendente. O problema, sugerimos, não é uma falta geral de consciência da variação presente no português brasileiro, mas uma falta geral de consciência e compreensão da variação e da mudança da linguagem em geral. O pressuposto é que, uma vez que existe uma nomenclatura para a língua, ‘Português’, então deve haver um conjunto de regras gramaticais para a língua. Qualquer outra coisa que foge a esse padrão constitui uma violação bárbara das leis civilizadas da língua e está simplesmente errada. Esse ponto de vista é expresso pela resposta ao livro do ex-presidente da Academia Brasileira de Letras, Marcos Vilaça, representado a seguir no exemplo (5).

(5)

“Uma coisa é compreender a evolução da língua, que é um organismo vivo. A outra é validar erros grosseiros. É uma atitude de concessão demagógica. É como ensinar tabuada errada. Quatro vezes três é sempre doze, seja na periferia ou no palácio.”

O que essas palavras de um indivíduo respeitado e sumamente educado revelam é uma ignorância sobre a natureza da linguagem. Existe apenas um tipo de tabuada, mas embora possa haver só uma forma de designar a língua, o português, este rótulo se refere a uma gama de diferentes variedades da língua, cada uma das quais podendo estar sujeita a regras e princípios gramaticais diferentes.

Infelizmente, os traços não-padrão discutidos no livro pedagógico são bem comprovados na linguagem falada de muitos falantes, como evidenciado por estudos sociolinguísticos aprofundados e sofisticados. Scherre e Naro (2014: 344) analisaram as três variáveis discutidas no livro na fala de uma comunidade do Rio de Janeiro e concluíram que a autora do livro mostrou grande sensibilidade linguística e apresentou estruturas genuinamente naturais no português brasileiro.

4 Os efeitos do preconceito linguístico

Fica claro, portanto, que o preconceito linguístico existe no Brasil e há uma tendência a correlacionar variedades não-padrão com falta de civilização. Esta situação é agravada pelo fato de que existe uma correlação entre essas variedades e o sucesso social e a riqueza. Infelizmente, essas correlações são interpretadas como inerentes e deterministas por meio do processo ideológico de 'iconização' (IRVINE, GAL, 2000), em que as formas linguísticas que representam um grupo de pessoas são interpretadas de acordo com as qualidades estereotipadas associadas a este grupo e, portanto, passam a defini-los e a determinar suas qualidades e características não linguísticas. Por exemplo: os ricos são social e economicamente mais bem-sucedidos e têm mais oportunidades devido a suas habilidades mentais e racionalidade aprimoradas. Eles são mais sofisticados, mais cultos, mais avançados; em suma, eles são mais civilizados. Sua forma de falar reflete esses aspectos e se contrapõe ao modo irracional, espontâneo, ilógico, embora criativo, subclasse e de sua fala, muitas vezes caracterizada como uma forma poluída, degradada, denegrada e até bárbara da língua.

É difícil estabelecer, entretanto, como tais atitudes em relação às variedades não-padrão da língua e seus falantes se traduzem diretamente em casos de discriminação linguística e, portanto, medir e quantificar os efeitos reais do preconceito linguístico. É uma hipótese válida, entretanto, que tais atitudes tenham efeitos negativos sobre o bem-estar, a autoestima e as percepções de valor próprio do indivíduo. Tais efeitos, portanto, poderiam estar relacionados ao fato de que alguns falantes de variedades não-padrão do português brasileiro não se combinam totalmente com a opinião das autoridades e com o preconizado pelo sistema educacional. A linguagem pode ser um marcador intrínseco e importante da identidade individual e de grupo. O preconceito linguístico dentro do sistema educacional pode colocar as crianças em uma posição injusta e desfavorecida, na qual se sentem inerentemente inferiores e incompetentes por algo sobre o qual não tiveram controle: são levadas a sentir desde cedo que sua fala é ruim e errada, e, conseqüentemente, eles próprios e suas famílias são de alguma forma ruins e têm menos valor do que os outros. Como Siegel (2010) já apontou anteriormente, esta é uma estratégia sem saída, uma vez que o resultado é que tais atitudes são internalizadas pelos falantes, produzindo insegurança linguística e afetando sua autoestima e, eventualmente, resultando em mau desempenho escolar, ou os alunos podem reagir contra tais opiniões e rejeitá-las, junto com o sistema educacional e a suposta 'sociedade civilizada' que os reforça e os perpetua.

Embora estudos subsequentes tenham mostrado que as suposições iniciais sobre os efeitos das expectativas do professor sobre a inteligência das crianças, conhecido como efeito Pigmalião (ROSENTHAL, JACOBSON, 1968) foram amplamente exageradas (JUSSIM, HARBER, 2005), ainda é reconhecido que as expectativas dos professores muitas vezes desempenham um papel crucial no desempenho dos alunos (COOPER, 2000, p. 352; ZABEL, ZABEL, 1996, p. 350; BOEHLERT, 2005, p. 491; COOPER, 2000, p. 339; ZABEL, ZABEL, 1996). De fato, os resultados de vários estudos apoiam a premissa de que uma autoestima elevada está correlacionada a um bom desempenho acadêmico, uma vez que os alunos participam mais ativamente das aulas (PHILIPS, SMITH, MODAFF 2004), o que se traduz em melhores resultados (TURNER, PATRICK 2004). Estudos também encontram uma correlação positiva entre o nível de autoestima dos alunos, sua capacidade de leitura e seu desempenho acadêmico (HISKEN, 2011). Da mesma forma, a baixa autoestima pode levar a problemas de comportamento (BOEHLERT, 2005; GUERRA, WILLIAMS, SADEK, 2011) e também tem sido associada à delinquência escolar (MORRISON, COSDEN 1997; ROSENBERG, SCHOOLER, SCHOENBACH 1989) e ao aumento da agressividade em algumas crianças (DONNELLAN ET AL. 2005).

Os motivos que causam baixa autoestima nos alunos e baixa expectativa dos alunos por parte dos professores são múltiplos (SCHWEIGER, 2008) e, por sua vez, esses fatores são apenas dois de uma série de fatores inter-relacionados que podem afetar o desempenho acadêmico e o engajamento dos alunos em geral. Embora reconheçamos a necessidade de cuidado para não chegar a conclusões bem simplificadas sobre os efeitos do preconceito linguístico e as maneiras como ele pode se manifestar como discriminação linguística dentro de um ambiente educacional, há estudos que sugerem que as atitudes dos professores em relação a formas não-padrão de uma língua podem ter efeitos no desenvolvimento educacional das crianças (BOURDIEU, 1973; BOWLES, 1976; GODLEY, CARPENTER, WERNER 2007; LUCAS 1999; WILLIS 1993). No Brasil, os efeitos do preconceito linguístico podem ser um agravante na formação do aluno, entretanto, até agora o tema tem recebido muito pouca atenção em um país que enfrenta graves problemas de evasão escolar. Na publicação anual *Education at a Glance* de 2017, publicada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, os dados mostraram que apenas metade de todos os estudantes brasileiros concluem com êxito o ensino médio no tempo esperado (três anos), e que após esse período 26% dos alunos abandonam a escola sem qualquer qualificação.

Este número é o dobro da média dos outros treze países analisados (taxa média de abandono escolar de 12%). Além disso, após cinco anos tentando concluir o ensino médio no Brasil, a taxa de evasão aumenta para 41% dos alunos, o que é quase o dobro

da média dos outros treze países. Esses dados incluem apenas alunos em período integral e indicam que, no Brasil, apenas 53% dos jovens de 15 anos estão cursando o ensino médio e mais da metade da população de 25 a 64 anos não concluiu o ensino médio.

Até onde sabemos, nenhum estudo relaciona as taxas de evasão com a discriminação e o preconceito linguísticos, mas é difícil não fazer a conexão, uma vez que na escola ensinam uma variedade da língua que é estranha para a maioria dos alunos (Perini 2003) e o fato de não haver qualquer consciência ou política em relação ao preconceito linguístico. Tal sistema educacional corre o risco de produzir alunos com baixo desempenho ou que se sintam desprotegidos da sociedade e até mesmo irritados com aqueles que os consideram cidadãos de segunda classe. Ambos os resultados devem, em última análise, ter efeitos negativos sobre o desenvolvimento social e econômico do país, uma vez que a educação é crucial para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. Quando combinada com políticas econômicas sólidas, a educação é considerada um fator-chave na promoção do bem-estar social e do crescimento econômico, porque impacta positivamente na produtividade nacional e tem um efeito transformador nos estilos de vida e na capacidade das nações de competir na economia mundial. De acordo com a UNESCO, um dos problemas mais urgentes no Brasil é a desigualdade social e isso tem sido identificado como um “obstáculo ao desenvolvimento econômico” (UNESCO, 2001: 20). Essa desigualdade social, correlacionada com a renda dos pais, é particularmente saliente no sistema educacional. De fato, o Fórum Econômico Mundial observou que no Brasil 'o sistema educacional está falhando com as crianças de famílias menos ricas'.⁸ Portanto, um desafio fundamental para o desenvolvimento do Brasil é minimizar, dentro do sistema educacional, o fato de que ter menos riqueza pode levar a ser menos valorizada e a ter menos oportunidades ao deixar a educação. Em resposta a este desafio, a UNESCO observa como as diferenças culturais podem ser correlacionadas com diferenças de renda e como uma consciência positiva e uma valorização favorável da diversidade cultural podem levar a mudanças econômicas e sociais e os benefícios de atitudes positivas em relação à diversidade linguística no contexto das línguas indígenas e o papel dessas línguas na educação. No entanto, uma proporção significativa da população do Brasil é monolíngue em português,⁹ e a variável que se correlaciona mais fortemente com as diferenças de renda

⁸ <https://www.weforum.org/agenda/2015/09/is-brazil-making-progress-on-inequality>

⁹ Isso não quer dizer que o Brasil não seja um país multilíngue, pois certamente é (Cavalcanti e Maher 2018). No entanto, apesar de haver cerca de 200 línguas diferentes faladas em seu território (cerca de 170 línguas indígenas e as demais de origem principalmente europeia ou asiática), também é verdade

não é uma cultura ou língua indígena, mas uma variedade diferente de português. Mais uma vez, os preconceitos em relação às variedades não-padrão de uma língua estão, em grande parte, ausentes das discussões em nível internacional, mas esses preconceitos podem, argumentamos, representar um obstáculo para o desenvolvimento econômico e social sustentado.

Gostaríamos de concluir esta seção enfatizando que não estamos defendendo que no Brasil não deva haver uma norma-padrão ou que os alunos não devam ser ensinados a escrever em um português que tem as concordâncias nominais e verbais conforme com a norma-padrão (ver também Cagliari, 1989 ; Massini-Cagliari, 2001; Scherre, 2005). No Brasil, o conhecimento de como escrever e falar formalmente é vital para o avanço social e econômico e, portanto, o não cumprimento do padrão pode fazer com que os falantes se sintam condenados a uma vida de pobreza e que sejam também excluídos da sociedade. O ponto importante é que, ao ensinar a norma padrão, o sistema educacional não deve discriminar as variedades não-padrão. Isso foi denominado de "contradição eterna" do sistema educacional brasileiro (MASSINI-CAGLIARI, 2004). Para tanto, é necessário mudar as opiniões preconcebidas sobre o que é correto e errado na língua, suas formas legítimas e, especialmente, as opiniões associadas a variedades não-padrão da língua. A seguir, discutiremos algumas maneiras de atingir esse objetivo e o papel da pesquisa linguística para alcançá-lo. Nossa discussão não é relevante apenas para o Brasil, mas pode ser estendida a qualquer outro país.

5 Uma estratégia para os linguistas em seu desejo de combater o preconceito e a discriminação linguística

5.1 O papel dos linguistas e da pesquisa linguística nos debates linguísticos e seu potencial para influenciar a mudança social

Na seção 2 'A discriminação linguística contra outras línguas em comparação com a discriminação linguística contra variedades não padrão de uma única língua', observou-se que, embora as línguas não padronizadas, seus falantes e suas culturas tenham recebido proteção formal por meio de direitos em declarações internacionais e nacionais e a discriminação contra línguas e seus falantes seja uma questão de preocupação para o meio acadêmico, governos nacionais e instituições internacionais, a mesma atenção e direitos linguísticos não foram concedidos a variedades não-padrão de uma língua e seus

que a grande maioria dos brasileiros são falantes monolíngues do português (Massini-Cagliari 2004: 4); no censo de 2016, a população indígena representava apenas 0,7% da população total do país.

falantes. A questão, entretanto, é se a legislação de direitos linguísticos seria eficaz no combate ao preconceito e à discriminação linguísticos. Com referência aos direitos humanos linguísticos e, em particular, ao direito à educação na língua materna, Skutnabb-Kangas (2001) observou uma série de desenvolvimentos positivos que "podem dar algumas razões cautelosas para esperança" (2001: 211), mas este autor também destacou os limites da legislação e boas intenções e a necessidade de 'implementação, monitoramento e procedimentos de reclamação adequados' (2001: 211). Essa questão da efetividade dos direitos consagrados na lei é particularmente pertinente no contexto brasileiro, em que existem leis e legislação contra a discriminação racial, mas a discriminação racial continua a ser um problema. A discriminação linguística não será apagada meramente pela aprovação de uma lei contra ela. É necessário enfrentar o problema subjacente, que são os preconceitos linguísticos inerentes à sociedade devido às ideologias linguísticas. Mais recentemente, dentro da sociolinguística, a noção de direitos linguísticos (SKUTNABB-KANGAS, 2001; SKUTNABB-KANGAS, PHILLIPSON 1997) foi criticada por seus fundamentos teóricos. A teorização sociolinguística e o ativismo estão atualmente mais preocupados com a noção de cidadania linguística (ver, por exemplo, LIM, STROUD, WEE 2018; STROUD, 2001, 2018).

Cidadania linguística é uma noção complexa que é difícil de definir sucintamente. Envolve a consciência da importância da língua (incluindo, no contexto atual, variedades da mesma língua) e sua relação com outras questões sociopolíticas relativas à igualdade social e econômica. A cidadania linguística implica uma participação ativa por parte dos falantes para exercer o controle sobre suas formas de falar e exigir direitos iguais e proteção igual perante a lei, concebendo a linguagem "como um lugar político e econômico de luta" (STROUD, 2001: 353)¹⁰. Há muitos aspectos desse conceito que vemos como favoráveis e que consideramos ter o potencial de capacitar os falantes e promover mudanças sociais. No entanto, somos críticos desse conceito e de sua eficácia geral, especialmente no contexto brasileiro, uma vez que, a nosso ver, algumas conceituações dessa noção podem ser excessivamente abstratas, fazendo sentido apenas em discussões acadêmicas. Seus proponentes procuram desconstruir o que eles chamam de "compreensões essencialistas de linguagem e identidade" (STROUD, 2001: 353), mas não conseguem perceber que tais compreensões, em algumas sociedades, representam uma realidade para os falantes. Deixar de entender e se envolver com essa

¹⁰ É desta forma que a cidadania linguística não pode prescindir dos direitos linguísticos (ver também maio de 2018), e qualquer estratégia de combate ao preconceito linguístico não pode enquadrar-se em torno dos direitos linguísticos ou da cidadania linguística exclusivamente, uma vez que 'os direitos devem ser conquistados através de atos de cidadania linguística' (Prensrirat e Bruthiaux 2018: 164).

realidade significa que todo o conceito de cidadania linguística corre o risco de se tornar totalmente irrelevante para os falantes e ineficaz em debates linguísticos importantes. Um caso em questão é o papel da padronização e das formas padronizadas das línguas. Para Stroud (2018) e Wee (2018), esses conceitos subvertem a fluidez linguística natural, uma vez que pressupõem um objeto unificado e correto em vez de ver a linguagem como uma forma de 'prática social' que 'não é um objeto totalmente circunscrito', mas 'uma atividade social cuja regularidade é o resultado de padrões de uso temporariamente convencionalizados' (WEE, 2001: 12). Na verdade, dentro de algumas teorizações em torno da noção de cidadania linguística, alguns autores parecem defender o abandono do termo "língua" por completo (ver Milani e Jonsson 2018 e uma crítica de Petrovic 2018).

No Brasil, porém, existe um conceito definido de que a língua portuguesa é a língua oficial do país. Além disso, existe um conceito de uma norma-padrão tanto para o escrito quanto para o uso falado, e esses padrões estão relacionados aos conceitos de civilidade, ordem, boa conduta e boa administração. A incapacidade de dominar tais padrões ou o desprezo por eles estão relacionados a conceitos de barbárie, pandemônio e má conduta. Negar esta realidade linguística e procurar subvertê-la é não compreender o objeto de estudo, o que por sua vez pode tornar nulos os objetivos da cidadania linguística, uma vez que não se pode esperar que os falantes se envolvam ativamente na reivindicação de seus direitos linguísticos e assumam o controle sobre o uso da linguagem sem compreender totalmente o que o conceito de linguagem significa para eles.

Embora não promova uma crítica direta do conceito de cidadania linguística, Deborah Cameron (2012a, 2012c) tem sido crítica dos linguistas no que diz respeito ao seu papel irrelevante em importantes debates sociais sobre a linguagem. Ela condena a insistência deles em denunciar todo o discurso de valores e normas relacionados à linguagem e a defesa de todas as diferentes formas de uma linguagem como válidas e legítimas. Para ela, o papel da normatividade e do valor na língua é crucial, e os linguistas que buscam desconstruir, desvalorizar ou descartar esses conceitos não estão conseguindo compreender verdadeiramente seu objeto de estudo. Cameron (2012c, p. vii) cunhou o termo 'higiene verbal' para se referir à 'coleção heterogênea de discursos e práticas por meio da qual as pessoas tentam 'limpar' a linguagem e fazer sua estrutura ou uso se adequar mais aos seus ideais de beleza, verdade, eficiência, lógica, correção e civilidade'. Ela argumenta que esta é uma parte inerente da linguagem que os falantes observam e sobre a qual refletem, e que existem normas e valores associados ao uso da língua: 'nossas normas e valores diferem ... [mas] o que permanece constante é que nós

temos normas e valores” (2012c: 9). Com referência específica ao papel dos linguistas, ela observa que é “nosso fracasso em não nos envolver com a lógica subjacente da higiene verbal, o que nos torna tão irrelevantes e ineficazes em debates tão importantes” (Cameron, 2012b).

Um caso em questão é o Brasil, onde os preconceitos linguísticos estão extremamente arraigados na consciência coletiva da nação, como evidenciado pela reação do público ao livro discutido na seção ‘Preconceito linguístico no Brasil’. As pessoas têm pontos de vista apaixonados e politizados sobre a língua e relacionam o uso da norma-padrão à civilidade e ao progresso. No Brasil, no entanto, os linguistas geralmente insistem que ‘as diferentes variedades de uma língua não são feias ou bonitas, certas ou erradas, boas ou más, elegantes ou deselegantes; eles são simplesmente diferentes’ (FIORIN, 2002, p. 114). Como Cameron apontou, tais declarações não compreendem totalmente ou dão crédito ao importante papel que o valor desempenha na linguagem e como a linguagem pode ser relacionada a outras ideologias e preocupações sociais. Não se pode combater o preconceito linguístico por meio de tais afirmações, pois elas vão contra tudo o que os falantes implicitamente sabem sobre a linguagem: algumas formas são socialmente melhores e mais elegantes e muito mais úteis para serem percebidas como bem-sucedidas, educadas e até bonitas. Assim, os linguistas são em grande parte ignorados, uma vez que seus pontos de vista são interpretados como opiniões da extrema esquerda que defendem cegamente a aceitação de todos os tipos de diversidade.

Recentemente, a revista *Language and Society* publicou, em uma única edição, uma série de contribuições para uma discussão em torno do papel da pesquisa sociolinguística na mudança social. Lewis (2018) conduziu a discussão com uma crítica ao princípio de correção de erros de Labov, que assume que a mudança social pode ser alcançada quando os pesquisadores compartilham seus conhecimentos com o público, legisladores e outras instituições. Lewis questiona a eficácia de tais esforços e sugere que os pesquisadores devem abandonar o propósito da “objetividade” na pesquisa sociolinguística, como promovido por Labov (1982), em favor da adoção de uma abordagem mais crítica reflexiva (GERGEN, 2009: 12). Lewis destaca o poder das ideologias da linguagem e as diferentes pressões materiais, sociais e institucionais que atuam sobre qualquer tipo de desigualdade. Na verdade, muito do que Lewis escreve está de acordo com a discussão de Cameron sobre higiene verbal e sua ênfase na importância do poder e da história na determinação do valor e no uso de práticas de higiene verbal como um substituto para uma variedade de preocupações sociais, morais e políticas.

Tais noções lembram a concepção de linguagem de Pierre Bourdieu não apenas como um meio de comunicação, mas também como "um instrumento de ação e poder" (Bourdieu 1991: 37), onde os intercâmbios linguísticos são considerados como "relações de poder simbólico em que as relações de poder entre os falantes e seus respectivos grupos são atualizadas". No trabalho de Bourdieu, fica claro que os diferentes valores atribuídos a diferentes formas de falar são um reflexo de outras desigualdades sociais. Os poderosos na sociedade historicamente moldaram-na de modo que suas formas de falar e seus costumes culturais e estéticos, conceituados como capital cultural, recebam o maior valor. Bourdieu argumenta que nas sociedades modernas esta transmissão hereditária do capital cultural recebe um peso desproporcionalmente maior no sistema de estratégias de reprodução, uma vez que as formas diretas e visíveis de transmissão tendem a ser mais fortemente censuradas e controladas (Bourdieu 1986). Em sua teoria, as sociedades são comparadas aos mercados que funcionam como um sistema e as variáveis sociais (incluindo a fala) recebem um valor. As pessoas, dentro deste sistema, são continuamente submetidas a reforços positivos ou negativos e, assim, 'adquirem disposições duráveis que são a base de sua percepção e apreciação' dos valores associados a essas variáveis sociais. Para que uma forma de falar seja de alto valor, deve ser medida em comparação com outros tipos de falar que devem ser desvalorizados, e todo o mercado deve ser convencido desses valores relativos¹¹.

A expressão linguística de uma pessoa é uma parte arraigada do que Bourdieu chama de *habitus*, que é um conjunto de traços de caráter, que são instilados e impressos em nós na primeira infância e que predispõem os indivíduos a agir e reagir de maneiras específicas. Para Bourdieu, a linguagem está entrelaçada e intimamente relacionada a outros tipos de variáveis sociais. Para que a mudança social aconteça, é preciso mudar o sistema manipulado de valores, o que requer uma reconfiguração de todo o sistema social. Da mesma forma, Lewis (2018) destaca que para que a mudança social ocorra é necessário deixar de lado a ênfase nas crenças dos indivíduos e buscar corrigir essas crenças, para uma análise das razões políticas, históricas e sociais que sustentam as ideologias discriminatórias e as estruturas sociais e materiais que endossam e promovem tais ideologias.

¹¹ É importante destacar que muito desse pensamento está incorporado ao conceito de cidadania linguística, que chama a atenção para o fato de que a língua é uma variável humana e seus falantes, e a própria variedade da língua, podem, por razões históricas, sofrer desigualdades materiais e estruturais na sociedade que então se transferem para o que é denominado "discriminação valorativa". A cidadania linguística procura chamar a atenção para a ligação entre ideologias da linguagem, desigualdades estruturais e materiais e medidas de valor social e destacar a importância de abordar tudo isso na mudança social (ver Stroud 2001).

Se aceitarmos essa visão da linguagem como uma variável social complexa que está intimamente relacionada a outras variáveis sociais, decorre que as visões das pessoas sobre a fala não podem ser totalmente desvinculadas de suas visões sobre outras variáveis sociais. Portanto, uma estratégia para combater a discriminação e o preconceito linguísticos com base em uma teoria de correção de erros por si só não será suficiente, uma vez que o preconceito linguístico muitas vezes não está relacionado a um traço linguístico em particular, mas pode simplesmente agir como um substituto para outros tipos de preconceitos (BUCHOLTZ, 2018). De fato, foi provado experimentalmente que a discriminação e o preconceito linguísticos podem ser independentes de traços linguísticos por fenômenos como a Estereotipagem Linguística Reversa (*Reverse Linguistic Stereotyping*, vejam Kang e Rubin, 2009; Rubin 2002) e o Apagamento (*Erasure*, vejam Flores e Rosa, 2015; Irvine e Gal, 2000; Lewis 2018). Ambos se referem a um tipo de preconceito pelo qual atribuições de pertencimento ao grupo desencadeiam avaliações distorcidas da fala dessas pessoas, ou seja, eles são percebidos como falando do jeito não-padrão, apesar de que tais traços não estarem presentes na sua fala.

Voltando à discussão do tratamento das formas não-padrão do português brasileiro no livro didático pedagógico discutido na seção 'O preconceito linguístico no Brasil', pode-se interpretar o tratamento como uma tentativa relativamente branda de correção de erros, que foi ampliada quando muitos linguistas brasileiros se uniram, devido à reação da mídia contra esse livro, para produzir uma coletânea especial (Ação educativa - assessoria 2011), cujo título era o mesmo da polêmica publicação pedagógica 'Por uma vida melhor', mas com o subtítulo 'Intelectuais, pesquisadores e professores falam sobre o livro'. A contribuição traz vários artigos que defendem o livro, a maioria dos quais é sustentada pela teoria da correção de erros. Acompanha também uma lista de vídeos online, reportagens e entrevistas em que acadêmicos, para o seu crédito e mérito próprio, defendem o livro e abordam a polêmica questão do preconceito linguístico em um formato muito mais acessível ao público em geral.

É difícil medir o sucesso de esforços tão bem-intencionados de colegas. No entanto, o preconceito linguístico ainda existe no Brasil, e se tais métodos falharam ou não foram inteiramente bem-sucedidos, acreditamos que é devido a uma estratégia baseada apenas na correção de erros e na falta de valorização do papel significativo que a noção do valor joga nas atitudes da linguagem e como esse valor está relacionado a

outros preconceitos¹². Os fatos "objetivos" e linguisticamente sólidos dos linguistas não abordaram o problema real do preconceito linguístico no Brasil: os contextos históricos e sociopolíticos que podem prejudicar e até difamar os pobres.

Isso significa, entretanto, que não há benefícios para o princípio da correção de erros e que os linguistas não têm um papel a desempenhar? Afirmamos que existem benefícios e que os linguistas têm, de fato, um papel importante a desempenhar; entretanto, o conhecimento e os esforços dos linguistas precisam ser aplicados estrategicamente aos lugares em que possam ter efeito máximo. Abaixo, esboçamos algumas sugestões.

5.2 Sugestão para combater a discriminação e o preconceito linguístico

Em primeiro lugar, consideramos que os linguistas precisam participar muito mais ativamente das colaborações da comunidade (Mallinson e Charity Hudley 2018; Mallinson et al. 2011; Snell 2018; Wolfram, Reaser e Vaughn 2008), especialmente com falantes das variedades não-padrão¹³, uma vez que esses falantes devem desempenhar um papel crucial nas questões relacionadas às suas variedades (Avineri et al. 2018; Bucholtz 2018; Piller 2016; Rickford e King 2016). Essas colaborações com a comunidade, entretanto, não devem se restringir apenas a esses falantes, mas também devem envolver profissionais da educação, falantes da norma padrão, políticos, governadores e legisladores. O objetivo deve ser averiguar as diferentes ideologias linguísticas em jogo e garantir que a forma de entender a linguagem pelos linguistas não seja diretamente diferente da dos falantes. Os linguistas devem evitar a armadilha de meramente se concentrar nos fatos estruturais objetivos da linguagem e evitar o valor social atribuído às variedades linguísticas, alienando-se, assim, dos falantes em suas tentativas de educá-los sobre os fatos estruturais objetivos e tendo seus pontos de vista percebidos como irrealistas, quixotescos, politizados e até paternalistas. Os linguistas precisam ter uma compreensão muito mais profunda em relação aos valores irracionais associados às variáveis linguísticas.

¹² Deve-se notar, entretanto, que a obra de Marcos Bagno foi instrumental e influente na introdução do conceito de preconceito linguístico no Brasil. Bagno (2002) de fato enfatiza como o preconceito linguístico é frequentemente usado como um substituto para outros tipos de preconceito.

¹³ No Brasil, há exemplos de boas práticas a esse respeito com as comunidades indígenas; os próprios falantes desempenham um papel central nas discussões sobre as formas escritas de sua língua (Fargetti 2006). Observe, entretanto, que não estamos propondo que as formas não padronizadas de uma língua tenham uma forma ortográfica diferente do padrão.

A tolerância a tais valorizações, entretanto, não implica necessariamente falta de vontade de mudá-las, especialmente se são negativas e preconceituosas. É importante, no entanto, que os linguistas tenham em mente que os valores atribuídos a formas estigmatizadas de discurso não padrão não estão diretamente relacionados a características ou fatos linguísticos específicos, mas a respostas emocionais às classes sociais das pessoas e ao uso da linguagem. Combater a discriminação e o preconceito linguísticos é, em última análise, reconfigurar o sistema social, que historicamente foi construído para desvalorizar certas classes de pessoas, identificadas por sua linguagem, além de uma seleção de variáveis humanas (não mutuamente exclusivas): raça, etnia, costumes, riqueza, classe, etc. A mudança social pode ocorrer por meio de mudança de política e a mudança de política pode ser encorajada se houver razões econômicas e de desenvolvimento sólidas para promulgar mudanças.

Este artigo conclui que a discriminação e o preconceito linguísticos no Brasil representam um desafio de desenvolvimento para o país. Essa conclusão tem por base uma análise de senso comum da questão em que parece óbvio que um sistema educacional que ensina uma norma-padrão que poucos falam (PERINI, 2003) e não tem consciência de questões de preconceito linguístico deve ter efeitos negativos sobre os alunos em termos de 'desenvolvimento educacional' e isso, em última análise, impede o desenvolvimento econômico e social. No entanto, os efeitos do preconceito linguístico e da discriminação no desenvolvimento econômico e social das nações não foram totalmente abordados na literatura acadêmica e não foram totalmente avaliados pelas organizações internacionais. Nisso há um papel para os linguistas por meio de estudos experimentais rigorosos para pesquisar os efeitos sociais e econômicos negativos do preconceito linguístico, como os efeitos sobre o desempenho dos alunos no sistema educacional, as taxas de abandono escolar, as opiniões e o envolvimento dos indivíduos com a sociedade e as autoridades, a manutenção de divisões sociais injustas e conflitos civis. Para elaborar esses estudos sofisticados, os linguistas precisam colaborar com colegas de outras disciplinas, especialmente as ciências sociais, para explorar como os preconceitos linguísticos estão relacionados e podem ser usados como um proxy para outros tipos de preconceitos e seus efeitos na sociedade.

A discriminação e o preconceito linguísticos precisam estar na agenda nacional para que os políticos, os legisladores e o público percebam que eles existem e seus possíveis efeitos negativos sobre o desenvolvimento social e econômico do país. É necessário aumentar a conscientização sobre esses assuntos fora dos meios acadêmicos e envolver o público em geral. A forma mais adequada de realizar essa tarefa não é por meio de artigos e livros acadêmicos. Gostaríamos, portanto, de destacar um excelente

recurso da web relacionado a um projeto em andamento de pesquisadores da Manchester Metropolitan University, no Reino Unido. O projeto se chama Accentism Project 'Projeto de Sotaques' (<https://accentism.org>; veja também a hashtag #Accentism no Twitter) e é totalmente voltado para a discriminação e o preconceito linguísticos. A novidade deste projeto está no site interativo que visa revelar e desafiar a discriminação e o preconceito linguísticos na vida cotidiana, por meio da publicação de histórias que o público envia sobre suas próprias experiências da discriminação e preconceito linguísticos. As histórias são perturbadoras e podem causar reações fortes nos leitores, mas de fato cumprem o objetivo do projeto, que é evidenciar a natureza e o impacto do preconceito linguístico e como ele atua sobre os indivíduos e pode assumir a forma de discriminação em uma ampla gama de contextos.

Uma vez que haja uma consciência crescente dos problemas que a discriminação e o preconceito linguísticos podem ter sobre os indivíduos e também sobre as sociedades, a pesquisa linguística, mesmo aquela baseada na análise de traços estruturais particulares da fala e sustentada por uma teoria de correção de erros, pode em seguida ajudar a capacitar os indivíduos que são discriminados e também ajudar a mudar as políticas e até mesmo as percepções sobre os usos não-padrão. Observem, no entanto, que, conforme apontado por Moore e Spencer (2021), é necessário que haja uma mudança em como a pesquisa sociolinguística vê e expressa a relação entre as formas padrão e não padrão. Em geral essa relação é definida em termos de níveis de formalidade e estigma, mas esses pesquisadores apresentam evidências que sugerem que tal distinção faz pouco sentido teórico. Eles argumentam que as formas não-padrão podem ter uma ampla gama de funções sociais, semânticas e pragmáticas (ver também Snell 2013), que a distinção informal/formal ou estigmatizado/não estigmatizado falha em capturar com sucesso, uma vez que ignora o uso de nuances das formas não-padrão e meramente categoriza-as como equivalentes de variáveis linguísticas das formas da norma-padrão.

Além disso, os autores também observam que esse alinhamento simplista de formas não-padrão com uma falta de formalidade pode ter consequências indesejáveis, uma vez que pode permitir um discurso impreciso e potencialmente prejudicial sobre como as crianças podem vir a adquirir, gerenciar e manipular estilos de linguagem diferentes (MOORE, SPENCER, 2021). Eles enfatizam que as nuances linguísticas, a destreza linguística e a competência comunicativa que os jovens estudantes de variedades não-padrão podem exibir devem ser aproveitadas e desenvolvidas nas salas de aula, para ampliar sua compreensão do uso da linguagem de acordo com o estilo, o contexto e a função comunicativa, e também para aumentar o uso da norma padrão. No

entanto, eles observam que "este tipo de competência comunicativa permanece não reconhecida em contextos educacionais, em parte ... porque permanece não reconhecida em muitas pesquisas sociolinguísticas" (Moore e Spencer, 2021: 13).

Os linguistas também podem contribuir para a criação de materiais, acessíveis ao grande público, que procurem desconstruir os preconceitos em torno das diferentes classes sociais/étnicas e sua fala; um número limitado dessas publicações está disponível em português (BAGNO, 2001; POSSENTI, 1998, 2000, 2001, 2009). No contexto de língua inglesa, Oliver Kamm (2016), num artigo para o jornal britânico *The Times*, reclama da falta de publicações de especialistas no tema da língua para públicos não acadêmicos. Ele observa como em qualquer livraria pode-se encontrar livros não técnicos sobre uma série de tópicos complexos (o sistema solar, os elementos químicos, a evolução das espécies), mas que além das publicações de Steven Pinker e David Crystal, não há muito sobre o tema da linguagem para leitores em geral.

Finalmente, propomos que uma das formas mais eficazes de combater a discriminação e o preconceito linguísticos seria incorporar materiais sobre a variação e mudança das línguas e a linguística (socio)histórica no programa de ensino de crianças em todos os níveis de educação, e, claro, em programas de formação de professores. Assim como os alunos aprendem sobre a história de seus respectivos países, é informativo e benéfico se eles aprenderem sobre a história das suas respectivas línguas: como adquiriram seus nomes modernos, como mudaram em diferentes períodos de tempo, levando à sua padronização e o modo moderno de serem escritas. O conhecimento da origem das variedades não-padrão e como elas evoluíram, em contraste com a evolução da norma-padrão, e em contraste com a evolução das normas-padrões em outras línguas de prestígio, pode ajudar as pessoas a entenderem que as características e traços linguísticos das formas não-padrão das línguas não são inerentemente ruins, mas apenas diferentes, e que tais características e traços são compartilhados por muitas línguas internacionais e de prestígio diferentes. Assim, não há correlação inerente entre características linguísticas e características físicas e mentais. Aceitando desde cedo que preconceitos linguísticos podem existir e analisando como esses preconceitos surgiram e podem estar relacionados a outros tipos de preconceitos, os indivíduos podem vir a desconstruir e desafiar tais preconceitos.

No entanto, se a linguística produzisse materiais escolares, eles teriam que vir com notas para os professores e para os pais dos alunos, para fazê-los perceber que a informação não é incorreta ou politizada, mas cientificamente sólida. Além disso, para que tais materiais didáticos não sejam rejeitados e desprezados pela sociedade em geral, como foi o caso do livro didático brasileiro discutido acima, é necessário, mais uma vez,

que os linguistas se envolvam com os profissionais da educação e legisladores para que haja um consenso sobre como o sistema educacional lida com e desafia as opiniões negativas e preconceituosas sobre as variedades não-padrão. Essas políticas precisam ser aceitas e defendidas por políticos, professores e linguistas. Novamente, a chave para convencer outros da necessidade de tais políticas é por meio de argumentos de que elas serão benéficas e vantajosas, não apenas para o desenvolvimento de crianças que falam variedades não-padrão de uma língua, mas para a sociedade como um todo.

É através do esforço combinado de projetos colaborativos com colegas em outros campos de pesquisa e com o público em geral que uma consciência das questões pode ser levantada e as evidências fornecidas que o preconceito linguístico em relação a variedades não-padrão de uma língua é uma realidade, que pode muitas vezes ser utilizada como substituto de outros tipos de preconceitos e isso pode se manifestar como discriminação, o que pode representar um desafio e um obstáculo ao desenvolvimento social e econômico. Também é necessário mais esforço colaborativo para trabalhar mais de perto com falantes, profissionais da educação e legisladores, a fim de propor soluções sensatas e viáveis para combater a discriminação e o preconceito linguísticos, que irão, em essência, combater a desigualdade e a injustiça sociais.

Agradecimentos especiais

Os autores gostariam de agradecer à British Academy - Newton Mobility Grants (2017 RD3) por financiar nosso projeto sobre preconceito linguístico (<https://preconceitolinguistico.group.shef.ac.uk>) e permitir a redação deste artigo. Paul O'Neill também gostaria de agradecer ao Santander Mobility Grants por financiar uma viagem ao Brasil para escrever o artigo e ao Prof. Robert Blackwood, da University of Liverpool, por seus comentários e críticas extremamente úteis sobre uma (muito diferente) primeira versão deste artigo, e aos revisores anônimos por suas sugestões e comentários. Gladis Massini-Cagliari também agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq do Brasil (302648/2019-4).

Referências¹⁴

Ação educativa - assessoria, p. e. i. (2011) *Por uma vida melhor: intelectuais, pesquisadores e educadores falam sobre o livro*. São Paulo.

¹⁴ As referências estão no padrão da revista [Journal of Language and Discrimination](#)

- Avineri, N., L. Graham, E. Johnson, and R. Conley Riner. (2018) *Language and Social Justice in Practice*. Routledge.
- Bagno, M. (2001) *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. São Paulo: Contexto.
- Bagno, M. (2002) *Preconceito lingüístico – o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola.
- Baratta, A. (2018) *Accent and teacher identity in Britain : linguistic favouritism and imposed identities*. Bloomsbury Academic: London.
- Batista de Padua, D. (2014) A polêmica em torno do livro didático “por uma vida melhor”: (des)construindo sentidos, Masters niversidade Federal de Mato Grosso.
- Baugh, J. (2003) Linguistic profiling. in S. Makoni, G. Smitherman, A. F. Ball and A. K. Spears (eds.), *Black linguistics: Language, society, and politics in Africa and the Americas*. Routledge: London.
- Boehlert, M. (2005) Self-fulfilling prophecy. In *Encyclopedia of school psychology*, edited by S. W. Lee. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Bourdieu, P. (1973) Cultural Reproduction and Social Reproduction. in R. K. Brown, R. K. Brown and R. Brown (eds.), *Knowledge, education and cultural change : papers in the sociology of education*. Tavistock Publications: London.
- . (1986) The Forms of Capital in J. G. Richardson (ed.), *Handbook of theory and research for the sociology of education*. Greenwood Press: Westport, Conn.
- . (1991) *Language and symbolic power*. Polity in association with Basil Blackwell: Cambridge.
- Bowles, S. (1976) *Schooling in capitalist America : educational reform and the contradictions of economic life*. London etc. : Routledge and Kegan Paul, 1976: London (etc.).
- Bucholtz, M. (2018) White affects and sociolinguistic activism, 47: 350-54.
- Cagliari, L. C. (1989) *Alfabetização e Linguística*. Scipione: São Paulo.
- Cameron, D. (2012a) The one, the many and the Other: representing mono/multilingualism in post- 9/11 verbal hygiene. *Critical Multilingual Studies* 1(2): 59–77.
- . (2012b) The one, the many and the other: representing mono- and multi- lingualism in post-9/11 verbal hygiene. Talk given at the University of Arizona, 4 April. <https://www.youtube.com/watch?v=wbz5KPQrUAs>
- . (2012c) *Verbal hygiene*. Routledge: London.
- Campbell-Kibler, K. (2007) Accent, (ing), and the Social Logic of Listener Perceptions, *American Speech*, 82: 32-64.
- Cavalcanti, M. d. C., T. M. Maher, M. d. Couto Cavalcanti, M. Do Couto Cavalcanti, M. d. C. Cavalcante, and M. C. Cavalcanti. (2018) *Multilingual Brazil : language resources, identities and ideologies in a globalized world*. New York, New York ; London, England : Routledge, 2018: New York, New York ; London, England.
- Cooper, H. M. (2000) Pygmalion grows up. in P. K. Smith and A. D. Pellegrini (eds.), *Psychology of Education: major themes* Routledgefalmer: London.
- Declaration on the Rights of Persons Belonging to National or Ethnic, Religious and Linguistic Minorities. In. (1992). United Nations: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Minorities.aspx>.
- Donnellan, M. B., K. H. Trzesniewski, R. W. Robins, T. E. Moffitt, and A. Caspi. (2005) Low self-esteem is related to aggression, antisocial behavior, and delinquency, *Psychological Science*, 16: 328-35.

- Eckert, P. (2018) *Meaning and linguistic variation : the third wave in sociolinguistics*. Cambridge University Press: Cambridge ;.
- Edwards, J. R. (1984) Language attitudes and their implications among English speakers. in E. B. Ryan and H. Giles (eds.), *Attitudes towards language variation: social and applied contexts* Pennsylvania State University Press: University Park, Pa.
- Fargetti, C. M. (2006) Breve história da ortografia da língua Juruna, *Estudos da Língua(gem). Questões de Fonética e Fonologia: uma Homenagem a Luiz Carlos Cagliariari*: 123-42.
- Fiorin, J. L. (2002) Considerações em torno do Projeto de Lei 1676/99. in C. A. Faraco (ed.), *Estrangeirismos – guerras em torno da língua* Parábola: São Paulo.
- Flores, N., and J. Rosa. (2015) Undoing Appropriateness: Raciolinguistic Ideologies and Language Diversity in Education, *Harvard Educational Review*, 85: 149-71.
- Gergen, K. J. (2009) *An invitation to social construction*. SAGE: Los Angeles.
- Godley, A. J., B. D. Carpenter, and C. A. Werner. (2007) "I'll Speak in Proper Slang": Language Ideologies in a Daily Editing Activity, *Reading Research Quarterly*, 42: 100-31.
- Grainger, K. (2011) "The Daily Grunt": The resurgence of the deficit model of language competence in children. In *Language, Education and Disadvantage*, Sheffield Hallam University, 19th-20th April 2011. Sheffield Hallam University
- Grainger, K., and P. E. Jones. (2013) The 'language deficit argument' and beyond., *Language and Education* 27, 27: 95-98.
- Guerra, N. G., K. R. Williams, and S. Sadek. (2011) Understanding bullying and victimization during childhood and adolescence: A mixed methods study, *Child Development*, 82: 295-310.
- Hisken, L. J. (2011) The correlation between self-esteem and student reading ability, reading level, and academic achievement. (Master thesis). University of Central Missouri.
- Hofstadter, D., and E. Sander. (2013) *Surfaces and essences analogy as the fuel and fire of thinking*. Basic Books: New York.
- Irvine, J. T., and S. Gal. (2000a) Language ideology and linguistic differentiation. in P. V. Kroskrity (ed.), *Regimes of language : ideologies, politics, and identities*. School of American Research Press: Santa Fe, N.M.
- Irvine, J. T., and S. Gal. (2000b) Language ideology and linguistic differentiation. in P. V. Kroskrity (ed.), *Regimes of language : ideologies, politics, and identities*. School of American Research Press: Santa Fe, N.M.
- Jussim, L., and K. D. Harber. (2005) Teacher Expectations and Self-Fulfilling Prophecies: Knowns and Unknowns, Resolved and Unresolved Controversies, *Personality and Social Psychology Review*, 9: 131-55.
- Kamm, O. (2016) Standard English is not tied to a particular accent, *The Times*.
- Kang, O., and D. L. Rubin. (2009) Reverse Linguistic Stereotyping: Measuring the Effect of Listener Expectations on Speech Evaluation, *Journal of Language and Social Psychology*, 28: 441-56.
- Labov, W. (1982) Objectivity and commitment in linguistic science: The case of the Black English trial in Ann Arbor *, *Language in Society*, 11: 165-201.
- Lambert, W. E., R. C. Hodgson, R. C. Gardner, and S. Fillenbaum. (1960) Evaluational reactions to spoken language, *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 60: 44-51.

- Leiser Baronas, R. and Inês Pagliarini Cox, M. (2003) Por uma vida melhor na mídia: discurso, aforização e polêmica. *Linguagem em Discurso* 13: 65–93.
- Leite, M. Q. (2008) *Preconceito e intolerância na linguagem*. . Contexto: São Paulo.
- Leone, M. (2009) The paradox of shibboleth: communitas and immunitas in language and religion., *Rivista Italiana Filosofia del linguaggio*, 1: 131-57.
- Lewis, M. C. (2018) A critique of the principle of error correction as a theory of social change, *Language and Society*, 47: 325-46.
- Lim, L., Stroud, C. and Wee, L. (eds) (2018) *The Multilingual Citizen: Towards a Politics of Language for Agency and Change*. Bristol: Multilingual Matters. <https://doi.org/10.21832/9781783099665>
- Lucas, S. (1999) *Tracking Inequality: Stratification and Mobility in American High Schools (Book Review)*. Teachers College Press: New York.
- Lucchesi, D. (2017) A periodização da história sociolinguística do Brasil, *DELTA*, 33.2: 347-82.
- Mallinson, C., and A. H. Charity Hudley. (2018) Turning the lens onto our own language: Engaging in critical reflexivity in the pursuit of social change, 47: 361-64.
- Mallinson, C., A. Hudley, L. Strickling, and M. Figa. (2011) A Conceptual Framework for Promoting Linguistic and Educational Change, *Language and Linguistics Compass*, 5: 441-53.
- Massini-Cagliari, G. (2001) *O texto na alfabetização: coesão e coerência*. Mercado de Letras: Campinas.
- Mattos e Siva, R. V. (2004) *Para uma sócio-história do Português Brasileiro*. Parábola: São Paulo.
- May, S. (2018) Commentary. Unanswered Questions: Addressing the Inequalities of Majoritarian Language Policies Educating for Linguistic Citizenship. in L. Lim, C. Stroud and L. Wee (eds.), *The Multilingual Citizen : Towards a Politics of Language for Agency and Change*. Multilingual Matter: Bristol.
- Melo, G. C. d. (1975) *A Língua do Brasil*. FGV: Rio de Janeiro.
- Milani, T., and R. Jonsson. (2018) Linguistic Citizenship in Sweden: (De)Constructing Languages in a Context of Linguistic Human Rights. in L. Lim, C. Stroud and L. Wee (eds.), *The Multilingual Citizen : Towards a Politics of Language for Agency and Change*. Multilingual Matter: Bristol.
- Morrison, G. M., and M. A. Cosden. (1997) Risk, resilience and adjustment of individuals with learning disabilities, *Learning Disability Quarterly*, 20: 43-60.
- Moore, Emma, and Sarah Spencer. 2021. "Dialect and linguistic repertoire: Challenging the deficit view of working class children's language." *Linguistics and Education* 63:1-14.
- Obregón, L. (2006) Between Civilisation and Barbarism: Creole interventions in international law, *Third World Quarterly*, 27: 815-32.
- Oliveira, G. M. d. E. (2003) *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Novas Perspectivas em Política Linguística*. Mercado de Letras, ALB: Campinas.
- O'Neill, Paul. 2020. 'O preconceito linguístico e o preconceito racial: comparações, contrastes e soluções antropofágicas', *Falange Miúda* 5.
- Paixão de Sousa, M. C. (2010) A morfologia de flexão no Português do Brasil: ensaio sobre um discurso de “perda”, *Estudos da Língua(gem)*, 8: 83-121.
- Perini, M. (2003) *Sofrendo a Gramática*. . Ática: São Paulo.

- Petrovic, J. (2018) The Multilingual Citizen: Towards a Politics of Language for Agency and Change, *Journal of Multilingual and Multicultural Development*.
- Philips, J., B. Smith, and L. Modaff. (2004) "please don't call on me:" self-esteem, communication apprehension, and classroom participation, *Journal of Undergraduate Research: University of Wisconsin-LaCrosse*, 4: 81–87.
- Piller, I. (2016) *Linguistic diversity and social justice : an introduction to applied sociolinguistics*. Oxford University Press: Oxford ;.
- Possenti, S. (1998) *Os humores da língua: análises linguísticas de piadas*. Campinas: Mercado de Letras.
- Possenti, S. (2000) *Malcomportadas línguas*. São Paulo: Parábola.
- Possenti, S. (2001) *A cor da língua e outras crônicas de linguista*. Campinas: Mercado de Letras.
- Possenti, S. (2009) *Língua na mídia*. São Paulo: Parábola.
- Premisrat, S., and P. Bruthiaux. (2018) Language Rights and "Thainess": Community-Based Bilingual Education Is the Key. in L. Lim, C. Stroud and L. Wee (eds.), *The Multilingual Citizen : Towards a Politics of Language for Agency and Change*. Multilingual Matter: Bristol.
- Purnell, T., W. Idsardi, and J. Baugh. (1999) Perceptual and Phonetic Experiments on American English Dialect Identification, *Journal of Language and Social Psychology*, 18: 10-30.
- Ramos, H. s. (2011) Escrever é diferente de falar. I. in A. a. o. E. Global (ed.), *Por uma vida melhor [Coleção Viver e aprender]*. São Paulo.
- Rickford, J. R., and S. King. (2016) Language and linguistics on trial: Hearing Rachel Jeantel (and other vernacular speakers) in the courtroom and beyond. , *Language*, 92: 948-88.
- Rosenberg, M., C. Schooler, and C. Schoenbach. (1989) Self-Esteem and Adolescent Problems: Modeling Reciprocal Effects, *American Sociological Review*, 54: 1004-18.
- Rosenthal, R., and L. Jacobson. (1968) *Pygmalion in the classroom: Teacher expectation and pupils' intellectual development*. Holt, Rinehart & Winston.: New York.
- Rubin, D. L. (2002) Help! My professor (or doctor or boss) doesn't talk English! in J. Martin, T. Nakayama and L. Flores (eds.), *Readings in intercultural communication: Experiences and contexts* McGraw-Hill: Boston.
- Scherre, M. M. P. (2005) *Doa-se lindos filhotes de poodle*. Parábola: São Paulo.
- Scherre, M. M. P., and A. J. Naro. (2014) Sociolinguistic correlates of negative evaluation: Variable concord in Rio de Janeiro, 26: 331-57.
- Schweiger, I. (2008) *Self-esteem for a lifetime*. AuthorHouse: Bloomington.
- Seggie, I., N. Smith, and P. Hodgins. (1986) Evaluations of employment suitability based on accent alone: An Australian case study, *Language Sciences*, 8: 129-40.
- Seligman, C. R., G. R. Tucker, and W. E. Lambert. (1972) The effects of speech style and other attributes on teachers' attitudes toward pupils, *Language in Society*, 1: 131-42.
- Siegel, J. (2010) *Second dialect acquisition*. Cambridge University Press: Cambridge.
- Silva Neto, S. (1976) *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Presença: Rio de Janeiro.

- Skutnabb-Kangas, T. (2001) The Globalisation of (Educational) Language rights. *International Review of Education* 47: 201–19
- Skutnabb-Kangas, T. and Phillipson, R. (1997) Linguistic Human Rights and Development. In C.J. Hamelink (ed) *Ethics and Development. On Making Moral Choices in Development Co-operation*, 56–69. Kampen, The Netherlands: Kok.
- Snell, J. (2013) Dialect, interaction and class positioning at school: from deficit to difference to repertoire.
- Snell, J. (2018) Critical reflections on the role of the sociolinguist in UK language debates, 47: 368-74.
- Stroud, C. (2001) African Mother-tongue Programmes and the Politics of Language: Linguistic Citizenship Versus Linguistic Human Rights. *Journal of Multilingual and Multicultural Development* 22:339–55.
- Stroud, C. (2018) Linguistic Citizenship. In L. Lim, C. Stroud and L. Wee (eds) *The Multilingual Citizen: Towards a Politics of Language for Agency and Change*. Bristol: Multilingual Matter.
- Turner, J. C., and C. Patrick. (2004) Motivational influences on student participation in classroom learning activities, *Teachers College Record*, 106: 1759-85.
- UNESCO (2001) UNESCO Brazil: New Framework for Action. Unesco Digital. https://unesdoc.unesco.org/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_e34ec936-fc18-46b3-a159-2c197eb67f07?_=125369eng.pdf&usg=AOvVaw2wRYhUzxz6rXdHjHwbbAYg
- United Nations (1992) Declaration on the Rights of Persons Belonging to National or Ethnic, Religious and Linguistic Minorities. <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Minorities.aspx>
- United Nations Special Rapporteur on minority issues (2017) Language Rights of Linguistic Minorities: A Practical Guide for Implementation. https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Minorities/SR/LanguageRightsLinguisticMinorities_EN.pdf
- Universal Declaration of Linguistic Rights (1996) World Conference on Linguistic Rights, 6–9 June, Barcelona, Spain.
- Wee, L. (2018) Essentialism and Language Rights. in L. Lim, C. Stroud and L. Wee (eds) *The Multilingual Citizen: Towards a Politics of Language for Agency and Change*. Bristol: Multilingual Matter.
- Williams, F. (1976) *Explorations in the language attitudes of teachers*. Newbury House: Rowley, MA.
- Willis, P. E. (1993) *Learning to labour : how working class kids get working class jobs*. Ashgate: Aldershot.
- Wolfram, W., J. Reaser, and C. Vaughn. (2008) Operationalizing Linguistic Gratitude: From Principle to Practice, *Language and Linguistics Compass*, 2: 1109-34.
- Zabel, R. H., and M. K. Zabel. (1996) *Classroom management in context: orchestrating positive learning environments*. Houghton Mifflin Company: USA.



Qualis B2

Linguistic prejudice and discrimination in Brazilian Portuguese and beyond: suggestions and recommendations

ABSTRACT:

In this article we make a distinction between the prejudice and discrimination towards (a) different languages and their speakers and (b) different non-standard varieties of the same language and their speakers, and argue that while the discrimination and prejudice towards (a) have been denounced by international institutions and both national and international laws are in place to guarantee the rights of speakers of different languages, the same protection has not been afforded to speakers of non-standard varieties of a language. We examine a specific case of this type of linguistic prejudice in Brazil. We discuss the effectiveness of efforts of linguists to combat linguistic prejudice based on the principle of error correction (Labov 1982) and, drawing on work by Cameron (2012c) and Bourdieu (1986), suggest that linguistic prejudice cannot be disentangled from other types of prejudice and that linguists need to have a much deeper understanding of and engagement with the values attached to linguistic forms. We conclude with a number of suggestions and recommendations in order to effectively combat linguistic prejudice.

KEYWORDS:

Language;
Discrimination;
Brazil;
Civilisation;
Barbarism;
Error correction